

## **LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2010**

### **CONSIDERAÇÕES SOBRE AS METAS FISCAIS E PROJEÇÕES DE RECEITAS E DESPESAS**

#### **1 – Introdução**

As metas fiscais estabelecidas para o Distrito Federal, no período 2010 a 2012, têm como base os parâmetros econômicos da taxa inflacionária combinada com o crescimento da economia nacional e com a política fiscal de ajuste orçamentário e financeiro a partir do exercício de 2007, e, como princípio, expressam a busca do atingimento do equilíbrio das finanças distritais, sobretudo, levando-se em conta a necessidade de austeridade e de controle dos recursos públicos deflagrada por este Governo, com vistas a melhor investir os recursos públicos no atendimento dos anseios população do Distrito Federal.

Nesse sentido, é imperativo a busca na excelência da exploração da base tributária distrital com o objetivo de ampliar as diversas fontes de receitas, possibilitando assim financiar as despesas obrigatórias de caráter continuado e àquelas constitucionais ou legais, bem como concretizar a realização de ações governamentais dispostas no Plano de Desenvolvimento Econômico e Social - PDES relativo aos exercícios de 2007 a 2010, além dos programas e projetos prioritários da administração.

Considerando o enfoque da arrecadação, os valores estimados na LDO levam em consideração a expectativa da taxa de crescimento das atividades econômicas no Distrito Federal bem como o uso eficiente da máquina fiscalizadora e arrecadadora distrital, visando o combate à sonegação e à obtenção de melhores índices de arrecadação.

Os investimentos previstos na LDO, sobretudo listados no Anexo de Metas e Prioridades, estão compatíveis com o Plano Plurianual 2008 – 2011, bem como com a capacidade de financiamento do Governo do Distrito Federal, que se encontra substancialmente confortável, na relação Dívida Consolidada X Receita Corrente Líquida. Essa situação permite a fixação de resultado primário igual à zero, para os próximos exercícios de 2010 a 2012, de forma a manter constante a relação Dívida/RLR. Neste sentido, o Distrito Federal, além da rolagem de dívida, pode auferir da captação de novos financiamentos, sem prejudicar a execução orçamentária e financeira.

#### **2 – Do Anexo de Metas Fiscais**

O Anexo de Metas Fiscais, segundo o disposto no art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, é composto pelas seguintes informações:

- Metas Fiscais - Projeção Anual;
- Avaliação do Cumprimento das Metas Relativas aos Exercícios Anteriores;
- Metas Fiscais Anuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- Evolução do Patrimônio Líquido, com destaque para a “Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos”;

- Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime de Previdência do Servidor Público;
- Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia da Receita;
- Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Além desses relatórios exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias é composta, também, pelo Anexo de Metas e Prioridades, que relaciona ações que obrigatoriamente deverão constar do Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA, a exceção daquelas VETADAS pelo Poder Executivo, e, também, do Anexo de Riscos Fiscais, que tem por finalidade trazer a público possibilidades de acontecimentos imprevisíveis, tanto no quesito receitas, com possível não realização, que possam comprometer a execução financeira do exercício, quanto em relação a passivos contingentes relacionados à sentenças judiciais.

Os Anexos de Metas Fiscais são importantes e fundamentais para a avaliação do comportamento e, conseqüentemente, o cumprimento das metas fiscais pré-estabelecidas para o exercício em referência, além de permitir a comparação de sua realização efetiva, com a sua fixação das metas nos exercícios passados, de sorte a permitir uma melhor análise sobre Planejamento/Execução para os exercícios futuros, em termos financeiros, envolvendo receitas, despesas, resultado primário, nominal e o montante do estoque da dívida pública.

### **3 – Metodologia de Estimativa das Metas Fiscais**

#### **3.1 Projeção das Receitas**

As hipóteses básicas utilizadas para a elaboração da projeção das receitas fiscais para o período de 2010 – 2012 consistem em:

##### **a) Base de Cálculo**

As projeções de receitas tributárias para o período de 2010 – 2012 foram elaboradas com base em comportamentos decorrentes de acompanhamento específicos de impostos e taxas, verificados nos exercícios anteriores, corrigidos ora pelo INPC, ora pelo IGP-DI, conforme documentação encaminhada pela Subsecretaria da Receita da Secretaria de Estado de Fazenda – SUREC/SEF, sendo os mesmos contemplados como metas na Projeção para o exercício de 2010 e seguintes.

Ressalte-se que as Taxas classificadas como Poder de Polícia, antes controladas pela Subsecretaria de Receita – SUREC da Secretaria de Fazenda, e lançadas as despesas nas Administrações Regionais onde ocorreu o fato gerador, nos termos da Lei Complementar nº 336/2000, e na Agência de Fiscalização, foram extintas mediante a publicação da Lei Complementar nº 783, de 30 de outubro de 2008, que, também, revogou a Lei Complementar nº 336/2000, desvinculando-se, dessa forma, a destinação de recursos dessa natureza para as Administrações Regionais. Por esta razão, também, deixou de constar do relatório de projeção de receitas tributárias elaborado pela SUREC.

As projeções consideradas, para o exercício de 2009, foram as estimadas pelas próprias Administrações Regionais. Todavia, a partir de janeiro de 2009, todo o controle e arrecadação será procedido pela AGEFIS.

Em relação ao Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF teve-se como base os valores redefinidos nas projeções de reajuste salarial do servidor do Distrito Federal, reestruturação, nomeações decorrentes de concursos públicos, além de estimativa de crescimento vegetativo, de 2,5% em média. Os acréscimos específicos estão contidos no Anexo IV – Despesas de Pessoal Autorizadas a Sofrerem Acréscimos, na forma do art. 169, § 1º, II, da Constituição Federal.

No que tange às demais receitas do Tesouro e de Outras Fontes, considerou-se a correção sobre os valores orçados na LOA do exercício de 2009, utilizando os índices de inflação (IPCA) e do crescimento real, PIB. Excluem-se dessa premissa as receitas de operações de crédito e as despesas com juros e encargos da dívida e amortização da dívida, cujas projeções foram elaboradas pela Subsecretaria do Tesouro da Secretaria de Fazenda, em conformidade com os processos de contratação de crédito.

#### **b) Hipóteses Macroeconômicas**

Considera-se o PIB e o IPCA como as principais variáveis para explicar o crescimento real das receitas distritais, visto que boa parte das receitas tributárias e não tributárias, bem como as transferências acompanham o ritmo das atividades econômicas. Assim, para os exercícios de 2010, 2011 e 2012, considerou-se um crescimento do Produto Interno Bruto nacional de 4,25%; 4,39%; e 4,32%, respectivamente. As taxas de inflação (IPCA) consideradas para o período foram de 4,25%, 4,39% e 4,32%, respectivamente, conforme pesquisa no site do Banco Central do Brasil em 08/05/2009.

### **3.2 – Projeção das Despesas**

A base para a projeção das despesas fiscais leva em consideração as variáveis estipuladas para as receitas fiscais, sendo que para a rubrica “Pessoal e Encargos”, adotou-se a variável CVA (Crescimento Vegetativo da Despesa de Pessoal Anua), sendo 3% para o executivo e 2,5% do para o legislativo e autorizações específicas para aumento de despesas de pessoal, tais como criação de cargos, reajuste geral para o servidor e nomeações decorrentes de concurso público.

Para as despesas correntes, foram consideradas as necessidades mínimas individuais de cada órgão, levando-se em conta, ainda, as estimativas para investimentos, que é uma das prioridades deste governo, ou seja, reduzir o custeio para investir mais.

Importa ressaltar, que a despesa de pessoal a partir de janeiro de 2009, estará reduzida no montante de recursos destinados ao custeio de inativos e pensionistas, pois, como o controle, a arrecadação, as aplicações financeiras e os pagamentos passam a ser efetuados pelo Instituto de Previdência Social do Servidor do Distrito Federal – IPREV, a contabilidade é diferenciada, na forma do Manual de Contabilidade do Regime Próprio de Previdência Social do Ministério da Previdência Social, combinado a Portaria Conjunta SOF/STN nº 03, de 14 de outubro de 2008, inclusive com Reserva Própria do RPPS, para pagamentos futuros.

Assim, as despesas de inativos e pensionistas serão classificadas nas naturezas de despesas 33.90.01; 33.90.03, 33.90.05; 33.90.09. E a Reserva

Orçamentária do RPPS, como 77.99.99 (não é uma natureza de despesa executável). O grupo de despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais não será considerado no IPREV, e, sim, nas obrigações patronais, classificadas como “31.90.13”, lançadas pela Secretaria de Fazenda ou pelos órgãos do Poder Legislativo, quando for o caso dos servidores ingressos nos quadros do GDF a partir de 1º de janeiro de 2007, na forma da Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008.

## **4 – Metas Fiscais para 2010**

### **4.1 Objetivos e Estratégias**

O Distrito Federal tem pautado suas ações fiscais com o objetivo de atender as demandas sociais e de investimentos da população, bem como viabilizar atendimento aos mandos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Neste contexto, é imperioso dar seqüência ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – PAF, iniciado em 1999 por meio do cumprimento de metas e implementação de ações fiscais. Este programa, que é parte integrante do Contrato de Renegociação da Dívida do Distrito Federal com o Governo Federal, tem como eixo central dar sustentação fiscal e financeira, em bases sólidas e permanentes. Assim, as estratégias do Governo do Distrito Federal serão direcionadas para a obtenção de resultados primários suficientes para possibilitar a cobertura do serviço da dívida, bem como para reduzir o crescimento das despesas com o custeio da máquina administrativa para poder investir mais e melhor, tendo o cuidado do atendimento das necessidades sociais da sociedade.

## **5 - PROJEÇÃO DAS RECEITAS DE ORIGEM TRIBUTÁRIA: 2010-2012**

Apresentam-se a seguir as metodologias utilizadas para a previsão das receitas de origem tributária para os exercícios de 2010 a 2012. Cumpre ressaltar que o presente relatório foi elaborado de acordo com o preceituado na Decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal nº 2.579/2008, a qual reitera determinação no sentido das estimativas serem demonstradas conforme a seguir:

- Valor da receita tributária bruta referente a fatos geradores do exercício;
- (-) Valor estimado da inadimplência para o exercício;
- (+) Valor estimado da arrecadação referente a exercícios anteriores, não inscritos em dívida ativa;
- (-) Valor estimado da renúncia de receita;
- (=) Receita tributária estimada

As receitas estimadas correspondem a valores líquidos de benefícios tributários considerados renúncia de acordo com o § 1º do art. 14 da LRF, cuja previsão encontra-se no documento “Projeção da Renúncia de Origem Tributária para os Exercícios de 2010 a 2012 – em 29/04/2009”, elaborado pelo Núcleo de Política Fiscal/COPET/SUREC/SEF.

As estimativas de receita para o triênio 2010-2012 foram elaboradas em valores correntes. Na deflação dos valores correntes para 2009, utilizou-se como deflator o IGP-DI médio construído com base na média das expectativas do mercado financeiro, vigentes em 08/04/2009, conforme a seguir.

### PREVISÃO PARA O IGP-DI ACUMULADO – 2008-2011

2009	2010	2011	2012
2,30%	4,55%	4,54%	4,56%

Fonte: www.bcb.gov.br (Relatório Focus).

### IGP-DI MÉDIO PARA DEFLAÇÃO DOS VALORES CORRENTES

2009	2010	2011	2012
<b>1,0000</b>	<b>0,9663</b>	<b>0,9243</b>	<b>0,8840</b>

Elaboração: Núcleo de Análise e Projeção Econômica-Tributária/COPET/SUREC/SEF.

A seguir, apresentam-se as metodologias utilizadas para a previsão das receitas em valores correntes.

### PROJEÇÃO DAS RECEITAS EM VALORES CORRENTES

#### ICMS e ISS

Para séries históricas estimadas da arrecadação bruta, isto é incluindo inadimplência e renúncias mas excluindo a receita de exercícios anteriores, foram utilizadas equações estimadas pelo método dos mínimos quadrados ordinários, onde as receitas trimestrais nominais do ICMS e do ISS são explicadas pelo nível de atividade econômica, medido pelo PIB trimestral nominal a preços de mercado.

A fim de estabelecer correlação da receita com a série histórica do número índice do PIB trimestral (base: 100=1º Trim/1995), foram construídas séries históricas dos números índices trimestrais, com mesma base, para as receitas brutas do ICMS e do ISS, levando em consideração que a arrecadação em determinado mês é influenciada pelos fatos geradores dos tributos ocorridos no mês anterior.

Assim, foram estimadas duas equações, uma para o ICMS e outra para o ISS conforme abaixo:

ICMS	ISS
$Y_t = \alpha + \beta * PIB_t$	$Y_t = \alpha + \beta * PIB_t$

Onde:

$Y_t$  = número índice da arrecadação no tempo t, com t = 1 (1º trim/1995), 2, 3, ..., 56 (4º trim/2008).

$\alpha$  e  $\beta$  são os parâmetros a serem estimados.

$PIB_t$  = número índice do PIB trimestral a preços de mercado no tempo t.

ICMS	ISS
$\alpha = -93,3669$ (P value: 3,5E-26)	$\alpha = -102,2968$ (P value: 8,5E-12)
$\beta = 1,7957$ (P value: 9,8E-64)	$\beta = 2,0733$ (P value: 4,6E-46)
$R^2 = 0,9950$	$R^2 = 0,9773$

Com base na modelagem de alisamento exponencial tipo “Holt-Winters”, os números índices do PIB trimestral foram projetados até o quarto trimestre de 2012. A série projetada do PIB, em números índices, foi substituída nas equações estimadas

para o ICMS e o ISS de forma a projetar os números índices da arrecadação até o quarto trimestre de 2012. Para encontrar a arrecadação mês a mês, percorreu-se o caminho inverso, multiplicando os números índices estimados pelo valor da arrecadação no 1º Trim/1995 (base: 100,0) e, em seguida, pela participação percentual média dos meses nos respectivos trimestres, permitindo a apuração das arrecadações brutas dos dois tributos para o período 2009-2012.

Para obter a receita estimada para o triênio 2009-2012, foram deduzidas as estimativas da inadimplência e da renúncia fiscal e acrescidas às expectativas de arrecadação relativa a exercícios anteriores.

Por último, à projeção do ICMS foram acrescentadas as expectativas de liberação de recursos para financiamento nas modalidades do Incentivado/PRÓ-DF e do Financiamento Especial para o Desenvolvimento, cuja fonte da informação é a Subsecretaria do Tesouro da Secretaria de Estado de Fazenda, enquanto às estimativas do ISS foram somadas as previsões para a retenção tributária por órgãos públicos distritais. A seguir, as estimativas para o ICMS e o ISS.

### ICMS

Valores Correntes em R\$ 1.000

Item	2010	2011	2012
Receita Bruta de fatos geradores do exercício	<b>4.822.989</b>	<b>5.299.985</b>	<b>5.831.225</b>
<b>(-) Inadimplência estimada</b>	<b>47.683</b>	<b>52.822</b>	<b>58.575</b>
<b>(+) Arrecadação estimada de exercícios anteriores</b>	<b>75.054</b>	<b>78.422</b>	<b>81.894</b>
<b>(-) Renúncia estimada</b>	<b>680.390</b>	<b>710.921</b>	<b>742.395</b>
<b>(+) Incentivo creditício</b>	<b>229.239</b>	<b>239.525</b>	<b>250.130</b>
<b>(=) Receita estimada</b>	<b>4.399.209</b>	<b>4.854.189</b>	<b>5.362.279</b>

### ISS

Valores Correntes em R\$ 1.000

Item	2010	2011	2012
Receita Bruta de fatos geradores do exercício	<b>743.796</b>	<b>816.925</b>	<b>898.360</b>
<b>(-) Inadimplência estimada</b>	<b>72.009</b>	<b>79.295</b>	<b>87.408</b>
<b>(+) Arrecadação estimada de exercícios anteriores</b>	<b>29.626</b>	<b>30.956</b>	<b>32.326</b>
<b>(-) Renúncia estimada</b>	<b>58.054</b>	<b>60.659</b>	<b>63.345</b>
<b>(+) Retenção tributária via SIGGO</b>	<b>77.295</b>	<b>80.763</b>	<b>84.339</b>
<b>(=) Receita estimada</b>	<b>720.653</b>	<b>788.690</b>	<b>864.272</b>

### IPTU/TLP e IPVA

De posse do lançamento de ofício dos tributos em questão para 2009, e das expectativas do BACEN de INPC para 2010, 2011 e 2012, estimou-se a receita bruta de fatos geradores do exercício. Partindo-se do índice estimado de inadimplência, obtido com base em dados do período anterior, bem como das perspectivas para pagamentos de débitos de exercícios anteriores e estimativas de renúncia, apurou-se a receita estimada conforme demonstrada a seguir.

## IPTU

Item	Valores Correntes em R\$ 1.000		
	2010	2011	2012
Receita Bruta de fatos geradores do exercício	637.266	665.862	695.342
<b>(-) Inadimplência estimada</b>	<b>146.141</b>	<b>152.809</b>	<b>159.566</b>
(+) Arrecadação estimada de exercícios anteriores	12.534	13.097	13.677
<b>(-) Renúncia estimada</b>	<b>88.605</b>	<b>92.167</b>	<b>96.278</b>
(=) Receita estimada	415.054	433.982	453.174

## TLP

Item	Valores Correntes em R\$ 1.000		
	2010	2011	2012
Receita Bruta de fatos geradores do exercício	109.696	114.618	119.693
<b>(-) Inadimplência estimada</b>	<b>18.734</b>	<b>19.574</b>	<b>20.441</b>
(+) Arrecadação estimada de exercícios anteriores	3.969	4.147	4.330
<b>(-) Renúncia estimada</b>	<b>5.448</b>	<b>5.693</b>	<b>5.945</b>
(=) Receita estimada	89.482	93.498	97.637

## IPVA

Item	Valores Correntes em R\$ 1.000		
	2010	2011	2012
Receita Bruta de fatos geradores do exercício	548.138	572.735	598.091
<b>(+) Estimativa do lançamento do imposto para veículos novos</b>	<b>104.452</b>	<b>109.139</b>	<b>113.971</b>
<b>(-) Inadimplência estimada</b>	<b>14.607</b>	<b>15.262</b>	<b>15.938</b>
(+) Arrecadação estimada de exercícios anteriores	11.490	12.005	12.537
<b>(-) Renúncia estimada</b>	<b>32.213</b>	<b>33.659</b>	<b>35.149</b>
(=) Receita estimada	617.260	644.958	673.512

## ITBI e ITCD

Após a construção da série histórica da receita bruta desses itens, incluindo inadimplência e renúncias, mas excluindo a receita de exercícios anteriores, foram estudados os movimentos de tendência e sazonalidade da série, desde janeiro/2006, estimando-se, pelo método dos mínimos quadrados ordinários, equações de tendência linear, incorporando o componente sazonal médio de cada mês. Nesse sentido, produziram-se equações com a seguinte especificação:  $Y_t = (\alpha + \beta \cdot t) \cdot S_t$ , onde:

$Y_t$  = arrecadação no tempo  $t$ , com  $t = 1$  (jan/2006), 2, 3, ..., 36 (dez/2008).

$\alpha$  e  $\beta$  são os parâmetros a serem estimados.

$S_t$  = índice sazonal médio de cada mês.

ITBI		ITCD	
$\alpha = 6.273.413,01$ ( <i>P value</i> : 5,20E-15)		$\alpha = 893.639,62$ ( <i>P value</i> : 1,91E-10)	
$\beta = 199.905,99$ ( <i>P value</i> : 1,72E-10)		$\beta = 34.738,04$ ( <i>P value</i> : 1,52E-08)	
$S_{jan} = 0,8927$	$S_{jul} = 1,1032$	$S_{jan} = 1,1059$	$S_{jul} = 0,9669$
$S_{fev} = 0,9946$	$S_{ago} = 1,0440$	$S_{fev} = 0,8298$	$S_{ago} = 0,9376$
$S_{mar} = 1,0348$	$S_{set} = 0,9509$	$S_{mar} = 1,1781$	$S_{set} = 1,1161$
$S_{abr} = 1,0449$	$S_{out} = 0,9331$	$S_{abr} = 1,1321$	$S_{out} = 1,0006$
$S_{mai} = 1,0466$	$S_{nov} = 0,8451$	$S_{mai} = 0,9159$	$S_{nov} = 0,9862$
$S_{jun} = 1,0119$	$S_{dez} = 1,0981$	$S_{jun} = 0,9463$	$S_{dez} = 0,8846$

Uma vez estimados os parâmetros das equações, as receitas foram projetadas para o período 2010 a 2012 conforme descrito a seguir.

### ITBI

Valores Correntes em R\$ 1.000

Item	2010	2011	2012
Receita Bruta de fatos geradores do exercício	<b>206.001</b>	<b>234.787</b>	<b>263.574</b>
<b>(-) Inadimplência estimada</b>	<b>228</b>	<b>238</b>	<b>248</b>
(+) Arrecadação estimada de exercícios anteriores	<b>545</b>	<b>569</b>	<b>594</b>
<b>(-) Renúncia estimada</b>	<b>82</b>	<b>86</b>	<b>90</b>
(=) Receita estimada	206.235	235.032	263.830

### ITCD

Valores Correntes em R\$ 1.000

Item	2010	2011	2012
Receita Bruta de fatos geradores do exercício	<b>33.403</b>	<b>38.405</b>	<b>43.408</b>
<b>(-) Inadimplência estimada</b>	<b>994</b>	<b>1.038</b>	<b>1.084</b>
(+) Arrecadação estimada de exercícios anteriores	<b>858</b>	<b>896</b>	<b>936</b>
<b>(-) Renúncia estimada</b>	<b>3.256</b>	<b>3.402</b>	<b>3.553</b>
(=) Receita estimada	<b>30.011</b>	<b>34.861</b>	<b>39.706</b>

### Multas e Juros dos Tributos e da Dívida Ativa

Uma vez que tais receitas representam a recuperação de créditos de exercícios anteriores, a construção da série histórica da receita bruta considerou apenas a renúncia. Assim, foram estudados os movimentos de tendência e sazonalidade da série, desde janeiro/2006, estimando-se, pelo método dos mínimos quadrados ordinários, equações de tendência linear, incorporando o componente sazonal médio de cada mês. Nesse sentido, produziram-se equações com a seguinte especificação:  $Y_t = (\alpha + \beta * t) * S_t$ , onde:

$Y_t$  = arrecadação no tempo t, com t = 1 (jan/2006), 2, 3, ..., 36 (dez/2008).  
 $\alpha$  e  $\beta$  são os parâmetros a serem estimados.  
 $S_t$  = índice sazonal médio de cada mês.

MULTAS E JUROS TRIBUTOS		MULTAS E JUROS DÍVIDA ATIVA	
$\alpha = 2.753.155,55$ ( <i>P value</i> : 4,98E-10)		$\alpha = 1.126.551,73$ ( <i>P value</i> : 0,00026)	
$\beta = 36.809,99$ ( <i>P value</i> : 0,02028)		$\beta = 50.883,49$ ( <i>P value</i> : 0,00042)	
$S_{jan} = 1,1846$	$S_{jul} = 1,2431$	$S_{jan} = 0,8193$	$S_{jul} = 0,7983$
$S_{fev} = 0,6553$	$S_{ago} = 1,2791$	$S_{fev} = 0,9905$	$S_{ago} = 1,0311$
$S_{mar} = 0,8895$	$S_{set} = 1,0058$	$S_{mar} = 1,4270$	$S_{set} = 0,6849$
$S_{abr} = 0,8235$	$S_{out} = 0,9563$	$S_{abr} = 1,5327$	$S_{out} = 0,9417$
$S_{mai} = 1,0651$	$S_{nov} = 0,7976$	$S_{mai} = 1,0045$	$S_{nov} = 1,0455$
$S_{jun} = 1,0992$	$S_{dez} = 1,0009$	$S_{jun} = 0,7998$	$S_{dez} = 0,9244$

De posse dos parâmetros das equações estimadas, as receitas foram projetadas para o período 2010 a 2012 e, em seguida para esse período foram deduzidos os valores da renúncia estimada, conforme segue.

### MULTAS E JUROS DOS TRIBUTOS

Valores Correntes em R\$ 1.000

Item	2010	2011	2012
Receita Bruta de fatos geradores do exercício	<b>57.138</b>	<b>62.438</b>	<b>67.739</b>
<b>(-) Renúncia estimada</b>	<b>8.991</b>	<b>8.028</b>	<b>5.791</b>
(=) Receita estimada	48.147	54.410	61.948



## MULTAS E JUROS DA DÍVIDA ATIVA

Valores Correntes em R\$ 1.000

Item	2010	2011	2012
Receita Bruta de fatos geradores do exercício	<b>46.646</b>	<b>53.973</b>	<b>61.301</b>
<b>(-) Renúncia estimada</b>	<b>15.282</b>	<b>12.791</b>	<b>9.500</b>
(=) Receita estimada	31.364	41.182	51.800

### DÍVIDA ATIVA

Considerando que a Dívida Ativa tributária corresponde à inadimplência do pagamento de tributos e, portanto, sua receita é basicamente o pagamento de débitos de exercícios anteriores; e que a renúncia da Dívida Ativa advém do benefício da redução de multa e juros de mora, já considerada na projeção do item "Multa e Juros da Dívida Ativa" apresentada acima; não se aplicou a metodologia descrita na Decisão TCDF nº 2579/2008.

Assim, para a previsão da receita da Dívida Ativa líquida de multas e juros, assumiu-se a arrecadação dos últimos doze meses até março/2009, atualizada monetariamente pelo INPC médio previsto para 2009 a 2012. A referida atualização monetária foi estendida às receitas de Encargos da Dívida Ajuizada, Taxa de Vistoria em Estabelecimento, Taxa de Expediente, Taxa de Fiscalização de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Saneamento, Taxa de Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos, Contribuições para PINAT e Bolsa Universitária e Fundos de Participação dos Estados e DF (FPE) e dos Municípios (FPM).

### SIMPLES

Tendo em vista a implementação do regime Simples Nacional em agosto de 2007 e a fase de ajuste à nova realidade da tributação simplificada, não foi possível, ainda, a coleta de dados sobre inadimplência e receita de exercícios anteriores, o que inviabilizou a aplicação da metodologia contida na Decisão TCDF nº 2579/2008. Assim, adotou-se como base de dados os valores arrecadados desde agosto de 2007, sobre a qual foi aplicada média móvel de doze meses até março de 2009 e, em seguida, atualização monetária pelo INPC/IBGE médio para o triênio de 2010-2012.

### RESULTADOS

Com base nas metodologias acima descritas, os resultados encontram-se expostos nos seguintes demonstrativos anexos:

- A) ANEXO I – RELATÓRIO DE RECEITA PREVISTA DE ORIGEM TRIBUTÁRIA 2010 A 2012 VALORES CORRENTES EM R\$;
- B) ANEXO II – RELATÓRIO DA RECEITA PREVISTA DE MULTAS E JUROS DE ORIGEM TRIBUTÁRIA 2010 A 2012 VALORES CORRENTES EM R\$;
- C) ANEXO III – RELATÓRIO DA RECEITA PREVISTA DE ORIGEM TRIBUTÁRIA 2010 A 2012 VALORES CONSTANTES EM R\$;
- D) ANEXO IV – RELATÓRIO DE RECEITA PREVISTA DE MULTAS E JUROS DE ORIGEM TRIBUTÁRIA 2010 A 2012 VALORES CONSTANTES EM R\$;
- E) ANEXO V – EXPANSÃO REAL PREVISTA PARA A RECEITA DE ORIGEM TRIBUTÁRIA 2010 A 2012 VALORES CONSTANTES EM R\$;
- F) ANEXO VI – RELATÓRIO DA RECEITA REALIZADA E PREVISTA DE ORIGEM TRIBUTÁRIA 2006-2012 VALORES CORRENTES EM R\$.